



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo nº: **1001183-47.2017.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Crédito Tributário**  
Requerente: **TEXTIL ROSSIGNOLO LTDA**  
Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

**Vistos.**

Trata-se de ação anulatória de débito fiscal na qual se alega: nulidade do AIIM n. 4.065.367-5 CDA, sob o fundamento de que a suposta irregularidade encontrada pelo agente fiscal não ocorreu, pois as notas fiscais 227, 228 e 229 só não foram escrituradas pois foram emitidas em duplicidade, uma vez que as mercadorias foram entregues por meio das notas fiscais n. 224, 225 e 226; juros indevidos, eis que acima da SELIC e multa confiscatória.

A requerida apresentou contestação, alegando que não há nulidade no auto de infração, pois a autora não confirmou a alegação de duplicidade pelos documentos juntados, tendo apresentado duas versões diferentes: em um primeiro momento justificou a ausência de escrituração por ter recusado a mercadoria, que não transitou no estabelecimento, por estar em desacordo com o pedido e, posteriormente, alegou a duplicidade; que a multa moratória tem previsão legal, sendo constitucional a Lei Estadual 13.918/09.

Houve réplica.

**É o relatório.**

**Passo a fundamentar e decidir.**

Não é o caso de nulidade do auto de infração, pois a autora não demonstrou, de maneira satisfatória, que houve apenas a emissão em duplicidade título, ônus que lhe cabia. Embora a empresa COOPERGLOBAL tenha se retratado (fls. 119), declarando que houve um equívoco de um ex funcionário, certo é que não explicou como e por quem os canhotos das mercadorias não entregues foram assinados, sendo que deles consta,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

inclusive o carimbo da autora (como se observa a fls. 82), contradizendo tudo que havia informado ao fisco e comprovado documentalmente, pois o documento de fls. 78 diz respeito ao livro de saída das mercadorias, do qual constam as notas fiscais questionadas e os extratos de fls. 79 e 80 mencionam o pagamento das notas fiscais 227/228/ 229. Tem-se, ainda, os DANFEs de fls. 82/84, e a declaração de recebimento dos pagamentos (fls. 85).

Além disso, a autora, na condição de destinatária da nota fiscal eletrônica, estava obrigada a manifestar-se sobre a sua participação nas operações acobertadas pelas notas fiscais em questão, conforme estabelece o artigo 30, II da Portaria CAT 162/2008, pois, quando tomou conhecimento de sua emissão, deveria ter informado a suposta não realização da operação, não havendo notícias de que o tenha feito.

Quanto à multa, a autora não preencheu os requisitos legais (art. 527-A do Regulamento do ICMS) que autorizam a sua redução, sendo, inclusive, reincidente, conforme consta de fls. 209.

Ademais, no patamar previsto: 50% do valor da operação (art. 85, inc. V, "a" do RICMS), não tem caráter confiscatório, conforme entendimento do STF:

*“O valor da obrigação principal deve funcionar como limitador da norma sancionatória, de modo que a abusividade se revela nas multas arbitradas acima do montante de 100%”* (STF 1ª T AgRg no AI 838.302 Rel. Roberto Barroso j. 25.02.2014)".

É de se afastar, contudo, a aplicação da taxa de juros estabelecida no artigo 96 da Lei nº 6.374/89, alterada pela Lei nº 13.918/09, em vista do seu contraste com o ordenamento constitucional vigente, pois o padrão da taxa SELIC, que veio a ser adotado para a recomposição dos créditos tributários da União a partir da edição da Lei nº 9.250/95, não pode ser extrapolado pelo legislador estadual. A taxa SELIC já se presta a impedir que o contribuinte inadimplente possa ser beneficiado com vantagens na aplicação dos valores retidos em seu poder no mercado financeiro, bem como compensar o custo do dinheiro eventualmente captado pelo ente público para cumprir suas funções. A fixação originária de 0,13% ao dia contraria a razoabilidade e a proporcionalidade e caracteriza abuso de natureza confiscatória, não podendo o Poder Público em sede de tributação agir imoderadamente (Apelação nº 007017-56.2011.8.26.0405 - Relator: Paulo Dimas Mascaretti - data do julgamento: 03/04/2013).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I do CPC e acolho em parte o pedido, apenas para o fim de determinar que seja afastada a aplicação da taxa de juros estabelecida no artigo 96 da Lei nº 6.374/89, alterada pela Lei nº 13.918/09, utilizando-se em seu lugar a taxa SELIC, devendo a requerida apresentar nova planilha de débito, nos termos do aqui decidido.

Tendo havido sucumbência recíproca, as partes devem ratear as custas e arcar com os honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa, nos termos do que estabelece o artigo 85, § 4º, III, tudo na proporção de 70% para a autora e 30% para a requerida.

P I

São Carlos, 22 de maio de 2017.